

AS RELAÇÕES DE PODER EXISTENTES EM NAÇÃO CRIOLA, DE AGUALUSA¹

POWER RELATIONSHIPS IN *CREOLE*, BY AGUALUSA

Andrelize Conceição da Silva Calheiros²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar as relações de poder na obra *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes*, de José Eduardo Agualusa. A fim de compreender como os mecanismos de poder manifestam-se nos diferentes segmentos sociais, serão utilizadas como base as teorias de Michel Foucault e Pierre Bourdieu. A análise centrar-se-á em duas formas de poder específicas: o suplício/ violência e as verdades/ poder simbólico. A primeira será examinada em comparação com a personagem machadiana Prudêncio, para demonstrar como os sistemas de dominação estão em todos os indivíduos; a segunda será analisada por meio das divergências ideológicas entre os grupos sociais de Luanda. Com isso, pretende-se demonstrar qual é a forma de dominação predominante na sociedade.

Palavras-chave: Foucault. Suplício. Bourdieu. Poder simbólico. *Nação crioula*.

ABSTRACT: This article aims at the analysis of power relationships in the novel *Creole*, by José Eduardo Agualusa. In order to understand how power mechanisms are present in society, this text is based on theories by Michel Foucault e Pierre Bourdieu. The specific scope of the analysis is two forms of power: torture/ violence and verities/ symbolic power. The first form will be examined in comparison with Prudêncio, character by Machado de Assis, to prove how systems of domination are in all the individuals; the second form will be analyzed through the ideological differences between Luanda's social groups. Hence, this article proposes to show what form of domination is predominant in society.

Keywords: Foucault. Torture. Bourdieu. Symbolic power. *Creole*.

¹ Artigo recebido em 21 de abril de 2020 e aceito em 24 de junho de 2020. Texto orientado pela Profa. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira (UERJ).

² Mestranda do Curso de Letras e Linguística (Estudos Literários) da UERJ-FFP.



INTRODUÇÃO

No capítulo *Genealogia e poder*, na obra *Metafísica do poder*, Michel Foucault procura apresentar as relações de poder desvencilhando-as do esquema economicista. Ele opõe dois grandes sistemas de poder, o dos filósofos do século XVIII, baseado no contrato-opressão, e o esquema guerra-repressão. Partindo da perspectiva jurídica, o poder seria um direito originário do qual se é possuidor, podendo transferi-lo a outrem ou aliená-lo. O indivíduo cederia esse poder em prol de uma soberania política. Foucault chama esse tipo de poder de “poder-contrato” (FOUCAULT, 1984, p. 99). O uso da opressão ultrapassaria os limites do contrato e colocaria em risco tal mecanismo de poder. No outro sistema, o poder seria acima de tudo uma relação de força, exercido de forma repressiva. A repressão seria a responsável pela permanência da dominação. Sendo assim, a base dos mecanismos de poder seria o confronto, a guerra entre as forças. No entanto, o filósofo francês adverte sobre o perigo de se reduzir os mecanismos de poder a formas de repressão. Para uma relação de poder se manter, ela precisa apresentar efeitos positivos, pois, se ela só tivesse a função de reprimir, seria muito frágil.

De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (FOUCAULT, 1984, p. 91)

O que faz o poder se manter é o fato de ser uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social; ele induz desejos, produz saberes e discursos. O poder não é só uma instância negativa que tenta reprimir por meio de uma proibição, nem tampouco está voltado somente para as questões econômicas. O teórico vai estudar o poder segundo suas técnicas e táticas de dominação. É a partir dessa perspectiva que Foucault chega à noção de verdade. Ela está ligada aos sistemas de poder, funcionando como instrumento de disseminação das ideias hegemônicas. Para ele, a verdade

(...) é produzida nele (neste mundo) graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua **política geral** de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz



funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1984, p. 10, ênfase no original)

Resumidamente, o poder se funda essencialmente em três recursos sociais: a força, a economia e as identidades simbólicas³. A força designa o conjunto de instrumentos que agem sobre um corpo com o objetivo de dissuadir alguém ou um grupo a desempenhar determinada função; a economia indica o conjunto de recursos materiais para se conquistar o bem-estar; as identidades simbólicas referem-se às "instâncias de produção de valores, como as instâncias ético-sociais, ético-políticas, ético-religiosas" (SGARBI, 2007, p. 58). No emprego desses recursos, temos o poder coercitivo, o poder econômico e o poder simbólico.

A presente análise centrar-se-á em dois dos recursos sociais: a repressão/ força e as verdades/ identidades simbólicas. A instância econômica não será o foco, uma vez que se entende que ela está presente em todas as relações de poder. Entretanto, conforme as teorias foucaultianas, não podemos colocar a questão do poder subordinado à economia, porque isso impede que se avaliem as engrenagens que o movimentam. Foucault privilegiou o estudo de grandes instituições sociais, que pareciam estar desgarradas do poder, como os hospitais e as prisões. As formas de suplício, por exemplo, não necessariamente têm relação com a economia.

Na obra *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes*, o autor angolano José Eduardo Agualusa retoma a personagem de Eça de Queirós, contando, por meio de epístolas secretas, as aventuras do português pela África e pelo Brasil, além do seu romance com Ana Olímpia. Apesar de Carlos Fradique Mendes ser a personagem principal da obra de Agualusa, ele não será o foco deste trabalho, mas os sujeitos secundários que compõem a trama. O processo de colonização modificou todas as regiões que ficaram submissas às potências europeias. A partir dessa mudança, serão observados como os mecanismos de dominação se inseriram na sociedade angolana do século XIX.

³ Esses três recursos sociais são apresentados por Adrian Sgarbi no seu livro *Teoria do Direito: primeiras lições*, p. 58.



O SUPLÍCIO COMO FORMA DE PODER

Muitas formas de dominação são exercidas por meio da violência, como Foucault demonstra na obra *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*, em que traça uma evolução da punição por meio do suplício, que objetivava disciplinar os corpos, tornando-os mais suscetíveis ao controle. Nesses casos, existe a violência exercida em diversos sentidos: simbólica, física, psicológica, institucional, entre outras. Seguindo o pressuposto de que a violência é um fato humano, social e histórico, muitas sociedades fortaleceram seu poder, ampliando seu campo de dominação pelo uso da força, a exemplo das guerras ocorridas ao longo dos séculos e da escravização e do extermínio de inúmeros povos. Sgarbi retoma os conceitos de Hannah Arendt para apresentar a distinção entre violência e poder. O poder é legitimado, corresponde ao fim em si mesmo; já a violência é um instrumento de poder e precisa ser justificada, conforme os objetivos que se almejam alcançar com ela. Indo ao encontro do que afirma Foucault, Arendt vê a violência como o elemento que pode colocar em risco o poder.

A violência física é um ato de agressão intencional que visa a impactar o corpo e a integridade física do indivíduo e se traduz pela presença de marcas visíveis ou não. O suplício enquadra-se nesse tipo de violência, pois atua sobre os corpos para destruí-los ou para marcá-los. Uma vez que iremos analisar uma das características da dominação, em um romance que se passa na Angola do século XIX, é preciso esclarecer em que consiste o suplício. Foucault aponta três critérios principais: primeiro, o suplício deve produzir uma quantidade de sofrimento que possa ser cuidadosamente regrada: “número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda (...), tipo de mutilação a impor (mão decepada, lábios ou língua furados)” (FOUCAULT, 1987, p. 36); em segundo lugar, ele deve ser marcante, tanto para a vítima, deixando sinais no seu corpo que não possam se apagar, quanto para os espectadores, que devem guardar na memória a punição; em terceiro, o suplício deve ser a manifestação do poder de quem pune. Ele deve ser ostentoso – o grito do condenado com os golpes representa o “cerimonial da justiça que se manifesta e, sua força” (p. 36). No entanto, com o passar dos anos, houve uma mudança nos sistemas de violência, para o controle da sociedade: a violência física foi substituída pelo mecanismo simbólico.



O PODER SIMBÓLICO: A PRODUÇÃO DE VERDADES

Pierre Bourdieu, em *O poder simbólico*, define a expressão-título do livro como um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). Há diferentes universos simbólicos presentes na sociedade, a exemplo dos mitos, da língua, da arte, das ciências. Tudo constitui instrumento de conhecimento e de construção do mundo. Bourdieu chama esses elementos de “estruturas estruturantes” (p. 8), pois objetivam dar sentido ao mundo e se definem pelo consenso. Por outro lado, existem as “estruturas estruturadas” (p. 9), formas de classificação arbitrárias e determinadas socialmente. Elas são centradas na estrutura. Os sistemas simbólicos agregam as duas características, pois só podem exercer um poder estruturante de comunicação e de conhecimento, porque são estruturados. Portanto, as verdades/produções simbólicas servem a interesses particulares, que tendem a apresentá-las como interesses universais, comuns ao grupo. Elas se distinguem do mito, que é um produto coletivo e coletivamente apropriado. No campo da produção simbólica, existe a luta entre as classes, na qual os sistemas simbólicos irão se distinguir, conforme são produzidos ou apropriados pelos grupos.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os **sistemas simbólicos** cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que às relações contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a **domesticação dos dominados**. (BOURDIEU, 1989, p. 11, ênfase no original)

Dentro da luta simbólica entre os grupos, as classes dominantes procuram definir o mundo social conforme seus interesses e impor suas posições ideológicas, a fim de legitimar o seu poder de dominação. As verdades sempre são duplamente determinadas, ou seja, elas devem suas características mais específicas não só aos interesses das classes que representam, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica do campo de produção. O efeito ideológico consiste na imposição de sentidos sob a aparência legítima de taxionomias, como as religiosas, filosóficas, jurídicas etc. Logo, o poder simbólico só se exerce se for reconhecido, devendo ser ignorado como arbitrário. Ele é uma forma irreconhecível, legitimada, de outras formas de poder.



A ESCRAVIDÃO E O PODER SOBRE O CORPO

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: — «Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!» Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

(Machado de Assis)

No romance *Nação crioula*, muitos angolanos mantinham a prática da escravidão, sendo tão cruéis com seus serviçais quanto os colonizadores portugueses. Não obstante, é conveniente ressaltar que a prática da escravatura era algo comum nas sociedades africanas, antes da colonização, posto que as rivalidades entre as tribos e as diferenças étnicas faziam com que muitos grupos subjugassem outros, escravizando-os. Com isso, não há como deixar de relacionar certos sujeitos da obra de Agualusa a Prudêncio, personagem machadiana. Este foi escravo de Brás Cubas e era maltratado por seu senhor, que gostava de montá-lo, tal qual a um cavalo. Após ser liberto, Prudêncio decide comprar um escravo para si. Conforme retratado na epígrafe deste tópico, o ex-escravo trata seu servo tão mal quanto Brás Cubas o tratava. Vê-se, pois, que a violência é uma forma de demonstrar poder sobre o outro, além de não ser só uma questão histórica, mas também social. Da mesma maneira que Prudêncio, Gabriela de Santamarinha castigava seus escravos impiedosamente. Ela foi abandonada quando bebê e acabou sendo criada por um padre. A escravocrata era negra e por esse motivo tinha preferência por escravos brancos, como se quisesse devolver aos europeus todas as mazelas sofridas pelos negros: “Em minha casa sirvo-me apenas de escravas albinas e disseram-me que no Brasil é possível comprar por bom preço cativas brancas ou quase brancas” (AGUALUSA, 2001, p. 23).

Em *Vigiar e punir*, Foucault aborda as formas de punição, que tinham, *a priori*, o objetivo de destruir o corpo. Entretanto, aos poucos, o suplício foi abolido e tudo que pudesse implicar um espetáculo passou a ter cunho negativo. Isso porque tal ato poderia ter um efeito contrário – ao invés de a cerimônia penal servir como um exemplo para os demais, ela poderia culminar na piedade e admiração pelo condenado, levando o público a ver o carrasco como um criminoso, como ocorre neste trecho, em que o Fradique Mendes vê quando a luandense



castiga uma de suas escravas. Há uma diferença entre os adjetivos utilizados para caracterizar a mulher e os apresentados para descrever a vítima:

Já Gabriela Santamarinha goza de justa fama de **bruta**. Eu próprio a vi, certa vez, castigar uma **infeliz criança** batendo-lhe nas costas das mãos com uma palmatória, e com tal violência que o sangue saltou sujando o vestido da senhora. A **pequena** foi então amarrada a um a pau, inteiramente despedida, e Gabriela marcou-lhe o dorso à chibatada. O seu crime? Havia deixado escapar um de seus muitos macaquinhos amestrados com que a **pavorosa personagem** distraia seus convidados (...). (AGUALUSA, 2001, p. 40, ênfase acrescentada)

No caso supracitado, o suplício se enquadra nos três critérios elencados por Foucault: uma produção diferenciada de sofrimento, a marcação do corpo da vítima e a manifestação do poder de quem pune. Decerto, as atitudes de Gabriela Santamarinha traziam certo incômodo aos demais, que, além de acharem as ações da mulher muito cruéis, tinham medo de uma possível revolta por parte dos escravos. Nem mesmo o padre da cidade conseguia conter as malícias da personagem.

Todas as noites ela prendia duas ou três albinas, com pretextos fúteis, e batia-lhes com um cavalo-marinho. Achei aquilo tão desumano que chamei-lhe a atenção, e a partir dessa noite nunca mais ouvi os gritos das escravas. Soube depois que ela continuava a bater-lhes, mas antes disso amordaçava-as! (AGUALUSA, 2001, p. 40)

Conforme afirma o filósofo francês, a punição física não desapareceu da sociedade; ela só passou a ser exercida em segredo para que não fosse "vista como uma fornalha em que se acende a violência" (FOUCAULT, 1987, p. 13), já que a agressão poderia incitar uma rebelião, ensinando à população como torturar seus representantes. É evidente que a forma como os escravocratas exerciam o poder sobre seus servos poderia gerar um efeito contrário, como ocorre com a personagem Tomás, um escravo que, ao ser açoitado em público, em represália, assassina o seu senhor. Temos, nesse caso, a repressão servindo como estopim para o fim da dominação. Não há como determinar se a aristocracia estava indignada e receosa pelo fato de Gabriela ser tão cruel com seus escravos e pelo temor de uma revolta por parte deles, ou por presenciar uma negra escravizando os brancos. Em contrapartida, Ana Olímpia, filha de escrava, evitava



o uso da violência física para flagelar seus servos. Quando cometiam alguma falta, ela vendia-os como forma de penitência. Todavia, o fato de ela comercializar seus serviços não deixa de ser um meio de castigá-los fisicamente, pois, para Foucault, as práticas punitivas se tornaram menos cruéis – procuravam não “tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílios, a deportação (...) são penas ‘físicas’” (p.15, ênfase no original). O corpo se torna um instrumento, tendo, no enclausuramento ou no trabalho forçado, a privação do indivíduo ao seu direito à liberdade. A alienação dos cativos demonstra o poder que seus senhores têm sobre seus corpos, privando-os de seus direitos sem que sintam dor. Com isso, “o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições” (p. 15). Ironicamente, Ana Olímpia se torna escrava e é cedida à Gabriela Santamarinha. A ex-senhora de escravos acaba sentindo na pele toda a violência da escravidão.

Além disso, a necessidade de a cidade de Luanda se desenvolver e as pressões impostas pela Inglaterra contra o tráfico negreiro fizeram com que os luandenses ora apoiassem a permanência da escravidão, ora a revolução libertária, bem como ocorre com Ana Olímpia, que liberta seus escravos do campo, mas mantém os de casa. Ao dar a carta de alforria aos seus cativos, a mulher observa como seus negócios se tornaram mais rentáveis, pois os ex-servos produzem muito mais, já que agora serão remunerados, levando-a a questionar o porquê de não os ter libertado antes. A questão econômica passa a ser relacionada aos ideais antiescravagistas. Essa mesma contradição está presente no seu falecido marido, Victorino Vaz de Caminha, como o descreve Fradique Mendes: “Espírito excessivo e contraditório ouvi-o defender ao mesmo tempo e com igual fervor o escravismo e a revolução libertária. Proprietário de três navios negreiros não teve dúvidas quando se tratou de os baptizar: Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (AGUALUSA, 2001, p. 37). A personagem, mesmo sendo escravocrata, batiza seus navios com o lema da Revolução Francesa, que inspirou muitas legislações, inclusive a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É importante destacar que Ana Olímpia foi escrava de Victorino, mas o homem decidiu casar-se com ela na igreja e investir nos estudos dela, contratando dois professores – um francês e um italiano – a fim de torná-la uma mulher culta. No entanto, ele nunca deu à Ana sua carta de alforria, o que a fez, por fatalidade do destino, voltar à condição de escrava tempos depois. Victorino exerce seu poder sobre a esposa, posto que a molda segundo seus interesses, porém a mantém cativa, tirando dela o direito de liberdade. Entretanto, a mulher não vê a atitude do marido como uma forma de dominação, mas como um descuido dele de não a libertar. Devido a isso, Ana Olímpia talvez seja a personagem mais ambígua da obra, porque, sendo uma vítima do sistema escravocrata, mantém escravos sob seu domínio. O mesmo acontece com o ex-escravo Prudêncio, que acaba adquirindo um servo para si. No final do romance, ao refletir sobre as



mazelas sofridas nas mãos de Gabriela Santamarinha, a luandense justifica sua decisão de não ter libertado os seus criados de casa. Para Ana Olímpia, os escravos da cidade ignoram o que é a liberdade, por terem nascido na escravidão. Com ela já foi diferente: "(...) só soube o que era não ser livre, quando, depois de ter sido senhora de escravos, regressei (da forma mais brutal) àquela condição" (AGUALUSA, 2001, p. 152). Desse modo, nota-se que as relações de poder estão presentes em todos os indivíduos, independente de classe social, gênero ou raça.

Outro fato que precisa ser abordado é a condição dos degredados, ou seja, estrangeiros que fugiram para Luanda para evitar a prisão em seus países de origem. Esses indivíduos acabaram enriquecendo no país africano, principalmente à custa do comércio de escravos, como aconteceu com Arcênio de Carpo. Este, mesmo casado com uma negra e tendo um filho mestiço, fez fortuna "comprando e vendendo a triste humanidade" (AGUALUSA, 2001, p.13) ou "contribuindo para o crescimento do Brasil" (p. 13), como ele preferia dizer. Uma vez que os negros eram uma mercadoria valiosa para Arcênio, ele não utilizava da violência física contra seus escravos; contudo, mantinha um pelourinho no meio do quintal de casa, instrumento este que afirmava nunca ter utilizado. Ainda assim, os motivos que levam o homem a manter o pelourinho indicam uma forma de controle velada, já que esse objeto representa um símbolo de poder público e o lugar onde os negros escravizados eram punidos.

A PRODUÇÃO SÍMBOLICA NA LUTA ENTRE AS CLASSES SOCIAIS

Apesar de a escravidão estar bem presente na obra de Agualusa, esta não é a única relação de poder existente na sociedade luandense. A oposição entre os mestiços, autodenominados "filhos-do-país"⁴ (AGUALUSA, 2001, p. 16), e os povos do interior demonstra como o poder simbólico contribuiu para legitimar as classes dominantes. Os mestiços ou negros calçados são os sujeitos que representam a tradução cultural e buscam o desenvolvimento do país. Por outro lado, os povos do interior, negros e trabalhadores, querem preservar a tradição de Luanda. A relação desses povos com o trabalho é algo criticado pelos "filhos-do-país", já que trabalhar é visto como uma atividade inferior, insalubre e praticada por selvagens e escravos: "Os mulatos (...) desprezam todos os povos do interior porque trabalham, e ainda mais os desprezam porque sendo negros querem continuar assim" (p. 16). Ademais, o intuito do povo do interior em manter

⁴ O termo é citado dessa forma na obra e, por esse motivo, está entre aspas, já que não está de acordo com as normas da Língua Portuguesa.



a cultura dos negros é questionado pelos mulatos, que já adotaram a cultura do colonizador. Para eles “os pretos do mato constituem grande obstáculo à rápida transformação de Angola num país moderno uma vez que não têm sequer uma ideia de Estado, recusam-se a falar português e permanecem cativos de toda a espécie de crenças e superstições” (p. 17). Portanto, o mito, o qual é um produto coletivo, não serve mais aos interesses dos grupos dominantes. Novos sistemas simbólicos são criados, para que essas classes possam impor sua legitimidade, como afirma Bourdieu:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierárquicas) e para a legitimação destas distinções. (BOURDIEU, 1989, p. 10)

Dessa forma, a mesma cultura que une (“intermédio de comunicação” (BOURDIEU, 1989, p. 11)) é aquela “que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distinção em relação à cultura dominante” (p. 11). Um exemplo disso é a história relatada a Fradique por Smith, na qual um dos mais ricos comerciantes e escravocratas do país impediu sua filha de se casar com um enfermeiro, também negro, mas que não tinha ligação com as velhas famílias luandenses. O pai preferia dar a mão da filha a um branco pobre ou a um mulato rico. Porém, para o jovem se casar com a moça, teria de ser um imperador. Como se pode perceber, a distinção entre os grupos não é só demarcada pelo capital econômico, mas também pelo pertencimento ao mesmo sistema simbólico, já que a oposição do comerciante ao casamento de sua filha com o enfermeiro se dá pelo fato de serem integrantes de grupos com ideologias diferentes. Apesar da imposição, o rapaz foge com a mulher, e eles se casam em segredo. O homem é morto um pouco depois, e a filha do comerciante é obrigada pelo pai a se casar com o assassino do marido. Em vingança pela morte do enfermeiro, ela mata o atual esposo.

A religião é outra forma de poder simbólico existente no romance, tendo seu representante na figura do padre anão Nicolau dos Anjos. Em carta a Eça de Queirós, também personagem na obra de Agualusa, Fradique Mendes relata um fato presenciado por ele e que ajudou a disseminar os atos milagrosos do padre. No exemplo citado, um degredado, cujo nome era João Bacalhau, havia esfaqueado outro e fugido para a mata. A certa altura, ao ouvir



passos que pensara serem de seus capturadores, subiu em uma árvore, a fim de se esconder. Quando o cortejo parou em frente ao seu esconderijo e o pequeno padre exigiu que alguns homens subissem na árvore e fizessem-no descer, João Bacalhau respondeu, para espanto de todos, que ele desceria sozinho. O caso é que os homens estavam ali para retirar o corpo de um escravo que havia se enforcado naquela árvore. Com a resposta do suposto morto, a maioria do cortejo fugiu, ficando apenas Fradique, seu amigo e o padre. A partir disso, Fradique constata como surgem os mitos acerca dos prodígios do religioso. O cônego tinha o respeito e a admiração de todos e ninguém ousava desafiá-lo, por medo de sua autoridade. Todavia, mesmo sendo uma figura tão icônica em toda Angola, o padre era submisso a um poder maior, o Papa, que, por achar os seus milagres bastante imprudentes para a nova imagem da Igreja, decide chamar Nicolau dos Anjos ao Vaticano.

O velho Pio IX sabe que vivemos no século das luzes, da ciência, do cepticismo, e que a Igreja, para ser moderna, deve romper com o Milagre, com o seu remoto passado de catacumbas e magia. A Igreja, para ser contemporânea, não pode permitir que em seu nome andem feiticeiros a ressuscitar defuntos, a devolver a vista aos cegos, a multiplicar pãezinhos ou a transformar a água em quissângua frescas; estas coisas podiam fazer-se há dois mil anos atrás, e eram admiradas, mas hoje atentam contra a seriedade e o bom nome das instituições. (AGUALUSA, 2001, p. 113)

Mais uma vez o mito é substituído por novas formas de poder simbólico para que os grupos hegemônicos mantenham seu domínio. O padre, como representante da Igreja, deve se adaptar às transformações do século, para evitar que a religião perca seus fiéis e, conseqüentemente, seu poder sobre eles.

CONCLUSÃO

Em síntese, os mecanismos de poder são um âmbito muito relevante da relação humana, pois demonstram como os sujeitos são capazes de fazer de tudo para terem o domínio sobre o outro. O uso da violência tinha por objetivo subjugar os corpos, fazendo com que o dominante evidenciasse o seu poder perante o dominado. A marcação do corpo da vítima era um meio de ela não esquecer quem detinha o controle sobre sua vida. Como observado, a violência



física, ato presente no regime escravocrata, era a forma como os brancos puniam os negros que cometiam alguma falta. Todavia, na obra de Agualusa, vemos que os negros também utilizavam essa punição para castigar seus escravos, assim como o faz Prudêncio, personagem de Machado de Assis, que açoita seu servo em praça pública.

O outro mecanismo de poder se dá pelos sistemas simbólicos, ou seja, construções de verdades que tendem à dominação de uma classe sobre a outra. O poder simbólico existe no momento em que o outro não observa tais ideias como arbitrárias, mas como elementos da construção social. A formação dessas simbologias leva à luta entre os grupos, a exemplo dos “filhos-do-país” e dos povos do interior, em *Nação crioula*. Entretanto, vê-se, nessa última representação de poder, a forma mais efetiva de controle dos sujeitos, uma vez que a força, por ser um ato facilmente perceptível, pode levar os dominados a lutarem contra tal ação, destituindo, assim, aqueles que os subjugavam. O poder simbólico só é exercido por ser invisível aos demais. Isso impede que o outro consiga enxergar esse instrumento como uma imposição, cujo intuito é favorecer as classes superiores. Dessa forma, os diferentes grupos disseminam essas verdades, como se fossem estabelecidas por todos, fazendo de tudo para defendê-las e propagá-las, como as hierarquizações entre raças, classes sociais, gênero, cultura e religião. Assim sendo, os sistemas simbólicos tornam-se o mecanismo de poder mais perigoso, pois culminam em outras formas de violências, inclusive a física, conforme o exemplo citado, entre o comerciante e o enfermeiro.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, J. *Nação crioula: a correspondências secretas de Fradique Mendes*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

ASSIS, M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Escala Educacional, 2012.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SGARBI, A. Poder, competência, força, violência. In: _____. *Teoria do direito: primeiras lições*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p.53-59.

